

**O Ministério das Putas:
como a AMMAR articula-se com o Estado durante a pandemia¹**

***Ministerio de putas:
cómo Ammar articula con el Estado durante la pandemia***

Augustina Paz Frontera²

(Equipe de tradução)

Penélope Serafina Chaves Bruera³

Lisbeth Juliana Monroy Ortiz⁴

Verónica Acuña Aviles⁵

Gastón Cosentino⁶

(Revisão de tradução)

Andrea Cristiane Kahmann⁷

Anselmo Peres Alós⁸

Resumo: O artigo, resultado da pesquisa realizada por Agustina Paz Frontera, com Bolsa da *Fundación Gabriel García Márquez para el Nuevo Periodismo Iberoamericano* e *Solutions Journalism Network*, narra o desenvolvimento de ações políticas da *Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina* (AMMAR) durante o período da quarentena pelo Covid-19, que impactou gravemente as/os/es trabalhadoras/es informais e, especificamente, as/os/es trabalhadoras/es sexuais, tanto argentinas/os/es quanto migrantes. No estilo da crônica, o artigo descreve as maneiras que o movimento político AMMAR, que nasceu como uma organização sindical, articulou-se com o Estado para conseguir apoiar as/os trabalhadoras/es precarizadas/os durante o *lockdown* na Argentina. Isso exhibe a importância decisiva que têm as organizações sociais para mediar períodos de crise.

¹ FRONTERA, A. (2020). Ministerio de putas: Cómo Ammar articula con el Estado durante la pandemia. *Latfem*. [online]. Disponível em: <https://latfem.org/ministerio-de-putas-como-ammar-articula-con-el-estado-durante-la-pandemia/>. Acesso em: 10 ago. 2020. Esta tradução tem objetivos estritamente pedagógicos e científicos e não tem fins lucrativos. A permissão dos/as/es autores/as e revista/editora, detentores dos direitos sobre o conteúdo, foi obtida por escrito. Contato: contacto@latfem.org

² Mestre em Jornalismo pela Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF). Codiretora e editora do meio digital feminista LatFem, o qual fundou em 2017 junto a outras jornalistas e militantes feministas. Contato: agustinafrontera@latfem.org

³ Bacharel em Letras pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Tradutora e revisora no par português-espanhol e integrante da ação de extensão Laboratório de Tradução de Unila (ILAACH) desde 2016. Contato: serafinachaves@gmail.com

⁴ Estudante de Antropologia e Diversidade Cultural Latino-Americana da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Contato: pitonreticuladda@gmail.com

⁵ Mestre em Literatura Comparada pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Bacharel em Filosofia pela Universidad Nacional de Colombia (UNAL). Contato: ljmonroyo89@gmail.com

⁶ Doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do curso de Letras Espanhol/Português como Língua Estrangeira (LEPLE); Ciclo Comum de Estudos na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Contato: florespanhol@gmail.com

⁷ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora dos Bacharelados em Letras – Tradução e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Contato: ackahmann@gmail.com

⁸ Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Professor Associado I na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Líder do Grupo de Pesquisa “Trânsitos teóricos e deslocamentos epistêmicos: feminismos, estudos de gênero e teoria *queer*”. Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPLL). Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Filosofia (ANPOF). Membro da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC). Coordenador Substituto do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM (2019-2021).

Palavras-chave: gênero; trabalho sexual; AMMAR; organizações sociais na Argentina; pandemia.

Resumen: Este artículo, resultado de la investigación realizada por Agustina Paz Frontera, con beca de la Fundación Gabriel García Márquez para el Nuevo Periodismo Iberoamericano y Solutions Journalism Network, narra el desarrollo de acciones políticas de la Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina (AMMAR) durante el período de cuarentena por el Covid-19, que impactó gravemente a las/los/les trabajadoras/es informales y, específicamente, a las/los/les trabajadoras/es sexuales, tanto argentinas/os/es como migrantes. Narrada en estilo de crónica, el artículo describe las formas en que el movimiento político AMMAR, que nació como una organización sindical, se articuló con el Estado para poder apoyar a las/los/les trabajadoras/es precarizadas/os/es durante el aislamiento obligatorio en Argentina. Esta articulación demuestra la importancia decisiva que tienen las organizaciones sociales para mediar períodos de crisis.

Palabras clave: género; trabajo sexual; AMMAR; organizaciones sociales en Argentina; pandemia.

É chamado de ‘ministério das putas’. O local está situado em uma esquina, e sua fachada de cor vermelho vivo destaca-se entre os tons cinza do bairro Constitución, na cidade de Buenos Aires. Desde que começou o *lockdown*, o trânsito de pessoas pela Casinha Vermelha é incessante; porém, elas não estão procurando serviços sexuais. Em poucas semanas, a AMMAR⁹ transformou-se para encontrar uma solução às necessidades das trabalhadoras sexuais, e hoje já articula, com o Estado, auxílio de alimentação e moradia, emissão de carteira de identidade e documentação para migrantes, entre outros programas sociais abertos à comunidade. Como uma organização social pequena, e dedicada especificamente a trabalhadoras/es sexuais, conseguiu se expandir e, em poucas semanas, transformar-se em um tipo de agência do Estado que ajuda centenas de pessoas?

Do mistério ao Ministério

A Casinha Vermelha não tem mais de um ano na esquina entre as ruas Constitución e Santiago del Estero. Foi aberta há exatamente um ano pela AMMAR no bairro onde se concentra a maior parte do trabalho sexual da cidade, no dia dois de junho de 2019, Dia Internacional das/dos/des Trabalhadores Sexuais (uma efeméride estabelecida desde 1976, em homenagem a um grupo de trabalhadoras que, em protesto, ocuparam uma igreja na França). Até pouco tempo atrás, a Casinha era um mistério para a vizinhança. “Os vizinhos associavam

⁹ Nota de Tradução: a *Asociación de Mujeres Meretrices de Argentina* é uma associação de trabalhadoras sexuais que funciona como um sindicato; foi criada em 1995, como resposta coletiva ao assédio policial e à violência institucional. Forma parte da *RedTraSex* desde 1997, e desde 1995 da CTA (*Central de Trabajadores Argentinos*). Atualmente concentra mais de 5000 trabalhadoras/es no país, e tem presença ativa em onze das vinte e três províncias. Pode-se conferir a página oficial em: <http://www.ammар.org.ar/-Quienes-somos-.html>.

a Casinha Vermelha a um prostíbulo onde vendíamos *farinha*” (comunicação pessoal)¹⁰, afirma Georgina Orellano¹¹, secretária geral da AMMAR. Era evidente o incômodo (pânico moral, segundo algumas/alguns pesquisadoras/es) em função de a esquina, que antes havia sediado uma organização política, estar agora ocupada por outra organização política, só que de putas. Foram apresentadas reclamações, e vários *posts* foram publicados no grupo de Facebook *Os vizinhos de Bem*. Se, antes do *lockdown*, “era um mistério o que acontecia na Casinha”, e se o estigma do trabalho sexual estava associado a atividades criminais, hoje as fantasias caem por terra quando a vizinhança assiste das janelas de suas casas que os bandos que vêm e vão transportam só colchões e sacolas carregadas com provisões - é o que diz Jorge Insaurralde, colaborador histórico da AMMAR.

No dia 20 de março de 2020, foi decretado na Argentina o isolamento social preventivo e obrigatório, ou seja, o *lockdown*. Somente atividades essenciais ficaram livres da obrigação. Garantir o prazer sexual não só não é essencial como também arriscado, além de ser oferecido na rua. Como 50% das/os/es trabalhadoras/es do país, as trabalhadoras sexuais não têm trabalho formal e 20% moram em pensões. Para elas, o isolamento social significa não trabalhar, não ter condições de pagar a moradia e ter de ficar na rua. A experiência da quarentena des pobres é como um gato que morde seu próprio rabo. No dia 27 de março, aconteceu o primeiro despejo da quarentena: oito trabalhadoras sexuais travestis e trans do Hotel Saavedra estavam sob ameaça do proprietário. A rede de apoio que se articulou a partir da AMMAR, naquele momento, em parceria com outros movimentos sociais e organismos do Estado, conseguiu interromper o ciclo do gato, pelo menos durante os meses do *lockdown*, e inaugurou o *Ministério das Putas*.

A saída que desenvolveram as *putas feministas*¹², como se autodenominam, é a mesma que encontraram movimentos sociais em toda a Argentina para reduzir o impacto da desigualdade: criar parcerias com o Estado, para que suas políticas sociais atinjam os territórios e as populações mais vulneráveis. “A articulação entre os movimentos sociais, como a

¹⁰ Nota do revisor: uma vez que o texto original em espanhol é o resultado de uma investigação que se ancora em uma metodologia análoga à da etnografia urbana, com entrevistas realizadas diretamente aos informantes, a autora optou por manter o recurso de destaque ao discurso citado, para diferenciar sua própria voz das vozes das pessoas entrevistadas (que são sempre indicadas no corpo do artigo). Para evitar ambivalências, e destacar que os trechos citados são dessas entrevistas, e não de outros documentos bibliográficos, essas citações vêm seguidas da expressão “comunicação pessoal”, marcação que não está presente no original em espanhol.

¹¹ Nota de Tradução: Georgina Orellano é uma trabalhadora sexual ativista, que se autodenomina feminista e peronista. Foi eleita como secretária geral da AMMAR para o período 2018-2022, e é considerada uma das principais referências do movimento de trabalhadores/as sexuais na Argentina e na América Latina.

¹² Nota do revisor: existem trabalhos que contemplam a mesma temática publicados no Brasil, como: *Putafeminista*, da ativista brasileira Monique Prada (São Paulo: Veneta, 2018), bem como o livro *E se eu fosse puta*, da transfeminista e doutora em Letras Amara Moira (São Paulo: Hoo Editora, 2016).

AMMAR, e o Estado é fundamental” (comunicação pessoal), reflete a socióloga Victoria Freire. Ela aponta uma característica particular da articulação durante a pandemia: “é o carácter coletivo da saúde, que sempre entendemos no plano individual e vinculada à ausência de doenças. As condições de vida, a alimentação e o trabalho determinam nossa saúde e bem-estar. Os movimentos sociais e, neste caso, a AMMAR, têm isso muito claro há muito tempo e, por essa razão, estão conduzindo ações tão importantes para manter a vida” (comunicação pessoal). A plasticidade dos movimentos sociais, capazes de se adaptar a diversos contextos, permitiu a AMMAR se transformar, em apenas dez dias, em um braço do Estado, em uma extensão de suas políticas sociais.

Teto

“No início, ele fechou para nós a cozinha. Depois ameaçou nos expulsar. Não tínhamos como pagar. Até que um dia entrou no quarto, desligou a internet e pegou a TV” (comunicação pessoal). Valentina percorreu os 1550 km que separam Salta de Buenos Aires há três anos, quando tinha 23 e já era uma mulher trans que almejava uma vida um pouco melhor. No dia em que tentaram expulsá-la do Hotel Saavedra, ela conheceu a AMMAR; antes, nunca tinha ouvido falar da organização.

A vida nos hotéis é uma das mais caras de Buenos Aires, especialmente para a população travesti e trans. Once e Constitución são os dois bairros com maior número de pensões e hotéis familiares; são locais de muito fluxo de pessoas, que entram e saem da cidade de trem. São conhecidos como hotéis, porém, segundo Gervasio Muñoz (da *Federación de Inquilinos*), “são prisões no meio da cidade, pelas quais se paga para estar, com um sistema bastante mafioso e corrupto” (comunicação pessoal). Esses locais não têm um valor fixo; ele é decidido dependendo da cara da pessoa. No caso das travestis pobres, cobra-se delas mais do que de qualquer outra pessoa. E, no caso das travas pobres, migrantes e sem documentos, cobra-se mais; e se são putas que trabalham bem, ainda mais. Elas podem pagar até 30 mil pesos argentinos [aproximadamente 2275 reais] por mês, por um quarto compartilhado.

“Quem me informou que estavam despejando no Hotel Saavedra do bairro de Once foi a Josefina Fernández” (comunicação pessoal), lembra Georgina, entrevistada na redação aberta de LatFem¹³. Como coordenadora do *Programa de Género y Diversidad del Ministerio Público*

¹³ Nota de Tradução: LatFem é um meio de comunicação feminista digital com sede principal na Argentina. Foi fundado em 2017 por um grupo de jornalistas, comunicadoras, escritoras, pesquisadoras/es, fotógrafas e ilustradoras

de Defensa de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (MPD CABA), Josefina ativou a tramitação do auxílio-moradia para as oito mulheres do Hotel Saavedra.

“A gente se encontrou com a Georgina, cujo trabalho territorial é muito grande e de enorme compromisso, e começamos a nos mobilizar para evitar esse despejo”, conta Fernández. “Conseguimos os auxílios moradia e, com isso, que a expulsão fosse interrompida” (comunicação pessoal). Essa foi a primeira experiência de articulação entre a AMMAR e o MPD, e foi o pontapé inicial para que a própria AMMAR fornecesse os auxílios na Casinha Vermelha.

O auxílio-moradia é dado às pessoas que estão em situação de iminente despejo e/ou de risco de morar na rua, e consiste em uma renda mensal equivalente a uma porcentagem do aluguel. Para obtê-lo, é necessário apresentar toda a documentação pessoal e um relatório social, que atualmente é feito por uma assistente social da AMMAR. Valentina já obteve a tramitação de seu auxílio e chegou à Casinha no dia que se abriram as portas a outras/os/es trabalhadoras/es e vizinhas/es, que também precisavam do auxílio. Ela fala baixinho e devagar, não como La Perrito, autodenominada Pandemia de la Cruz desde que começou o Covid-19, quem há poucas semanas fez um vídeo viral falando sobre a vida de uma travesti moradora de rua. Mas a situação dela mudou, pois agora entra na Casinha Vermelha e desfila. “Ei, Pandemia, que corpão você tem!”, gritam o seu nome, a aplaudem, jogam roupas do monte de doações para ela experimentar. Às vezes, a Casinha parece uma festa do pijama com humor picante: “Quando a conheci, tinha um corpão da porra, mas a cara de viado feio tem desde sempre”. Há risos, mas poucos dias depois aparece um cartaz na parede que aponta a crueldade de algumas piadas. Corpão ou não, já são mais de 300 as trabalhadoras sexuais cis e trans que tramitaram o auxílio-moradia na Casinha Vermelha. São trezentas pessoas que não moram na rua, não se endividam e que não são obrigadas a se expor trabalhando.

Antes da crise do Covid-19, a AMMAR, como outros movimentos de base territorial, encaminhava os trâmites sociais à repartição pública do município mais próximo. Porém, a situação mudou: de um lado, aumentou a necessidade e, de outro, algumas agências do Estado estão fechadas. “Uma pesquisa feita pelo MPD CABA no ano de 2016 – relata Josefina Fernández a LatFem – mostrou que mais de 65% delas (travestis e trans) moram em pensões ou quartos alugados, em ocupações ou construções irregulares. Quase 4% das mulheres trans são moradoras de rua” (comunicação pessoal).

Foi para atender especialmente a essa população, que não tem acesso ao auxílio-moradia, porque “não cumprem os requisitos legais estabelecidos”, que a área de Gênero do MPD começou a se articular tanto com a AMMAR quanto com o *Bachillerato Popular Mocha Celis*¹⁴. “De ambas as organizações, chegam para nós casos de pessoas travestis/trans que são vulnerabilizadas no seu direito à moradia” (comunicação pessoal), explica Fernández.

— *Por que chegaram a essa situação de agir como se fossem uma filial do Estado?*

GEORGINA ORELLANO: “quando as garotas vinham até Pavón com Entre Ríos (sede do Ministério de Gestão e Ação Social) para fazer os trâmites, já estava fechado. Diante do fechamento da opção do Estado, falamos com a Josefina Fernández e ela aprovou um dia para a gente fazer desde AMMAR os trâmites no sistema da cidade, e nos deu as indicações por telefone. O que fazemos é acompanhar o processo. Ligamos para elas, lembramos informações, organizamos seus documentos”.

JORGE INSAURRALDE: “AMMAR está fazendo 90% de trabalho do Estado no que tem a ver com moradia” (comunicação pessoal).

Pão

“Nem parece que tem *lockdown* aqui, é o Ministério das Putas”, diz La Perrito, cumprimentando com o cotovelo a todas, conhecidas ou não.

Era uma terça-feira, o dia estabelecido para solicitar o cartão “Cidadania portenha”, programa que outorga \$2500 pesos argentinos [aproximadamente R\$ 180,00] para a compra de alimentos. Pela manhã, tinham ficado à disposição quatro guichês dentro da Casinha, cada um atendido por duas voluntárias, todas elas trabalhadoras sexuais que receberam capacitação da Prefeitura de Buenos Aires. Da porta, Georgina cumprimentava todo mundo. Uma idosa a quem a AMMAR facilitou o atendimento para tratar da dependência química (cocaína) chorava de alívio porque tinha conseguido dormir, depois de vários dias. Uma mulher cis haitiana que não lembrava a data de seu nascimento, um homem cis que carregava sua carteira de identidade enrolada em várias sacolas de supermercado, todes vinham buscar comida. A polícia é um elemento constante no mapa: os patrulheiros passavam a cada volta do ponteiro dos minutos.

Três adolescentes, dois rapazes e uma garota, apareceram tropeçando: “a gente mora debaixo da ponte, mas viemos para fazer uma doação porque sempre nos ajudam”, explicou um deles, e apoiou no chão um caixote de madeira com roupas e latas de tomate. “Vê se te

¹⁴ Nota de Tradução: O *Bachillerato Popular Mocha Celis*, conhecido popularmente como *La Mocha*, é a primeira escola trans do mundo. Prioriza acolher pessoas travesti e trans, mas não é exclusiva e também assistem aulas pessoas LGBTIQ+, afrodescendentes, migrantes e mães solteiras entre outros. Foi fonte de inspiração para iniciativas semelhantes no Brasil, Costa Rica e Chile. Pode-se conferir a página oficial em: <http://www.bachilleratomochacelis.edu.ar/>.

comporta, hein”, diz-lhe Georgina. “Ele vai se comportar, sim” (comunicação pessoal), responde a garota, mostrando, entre o ventre e o elástico da calça, uma tesoura. Alguém mencionou Lorena Bobbit, que cortou o pênis do marido em 1993, e todo mundo riu. Naquela mesma noite, por volta das quatro horas da madrugada, uma pessoa havia sido atacada no local onde dormia, debaixo da ponte, a uma quadra da Casinha Vermelha. Morreu em razão das perfurações causadas por alguém da vizinhança.

Na Cidade Autônoma de Buenos Aires, de acordo com o *Censo Popular de Personas en Situación de Calle* (CPPSC) do Ministerio Público de Defensa, haveria, em 2019, 7.251 pessoas em situação de rua. Aproximadamente 77% delas não tinha acesso ao auxílio-moradia, pois, por não possuírem a documentação necessária, perdiam os prazos ou não conseguiam realizar os trâmites. Cerca de 2000 dessas pessoas moram nos quase vinte albergues, públicos ou de parcerias público-privadas, existentes na cidade. Todas elas comem na rua, em restaurantes populares, ou em cozinhas populares.

Antes da ‘pande’, como a pandemia já vem sendo nomeada na intimidade por algumas delas, a AMMAR entregava, uma vez ao mês, cestas básicas a mais de trinta companheiras. Quando começou a quarentena, criaram um fundo nacional de emergência e conseguiram comprar cinquenta cestas, que acabaram em dois dias. Hoje, distribuem cestas básicas para cinco mil pessoas em todo o país. Para a AMMAR, a situação de emergência significou uma aprendizagem: “a gente entendeu que era necessária a intervenção do Estado, para que a alimentação das companheiras não consumisse todos os recursos da organização, porque do contrário toda a grana iria para os alimentos. Aprendemos a nos articular. O INADI (*Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo*) nos entregou sessenta auxílios-alimentação por mês; e também chegamos a um acordo com a *Federación LGBTIQ+* e a *Fundación Huésped*. Com o Departamento de Desenvolvimento Social da Cidade, chegamos a um acordo pelo qual eles assumiram a responsabilidade de entregar os mantimentos nos hotéis” (comunicação pessoal) – relata Georgina, visivelmente animada.

— Como vocês iniciaram o trâmite do cartão alimentação “*Cidadania portenha*”?

GEORGINA: “entrou em contato conosco um assessor do vereador Javier Andrade (*Frente de Todos*)¹⁵ para que mandássemos as companheiras até Pavón com Entre Ríos. A gente respondeu que era melhor que eles viessem e organizassem o mutirão na Casinha Vermelha. E eles vieram. Já temos cadastrados 310 cartões” (comunicação pessoal).

¹⁵ Nota de Tradução: o ‘*Frente de Todos*’ é uma coalizão política eleitoral argentina que apesar do uso da palavra ‘todos’ na inscrição formal da aliança, o presidente Alberto Fernández assinalou durante a campanha eleitoral que a expressão deve ser entendida com um significado inclusivo de gênero, como ‘todos’, ‘todas’ e ‘todes’.

“Somos uma miniagência do Estado” (comunicação pessoal), prossegue Jorge, sentado ao lado de Georgina na redação de LatFem. “Tudo isto é possível porque estamos no governo de Alberto Fernández” (comunicação pessoal), acrescenta Georgina. Nos anos de governos neoliberais, a articulação entre o Estado e os movimentos sociais foi muito fraca, e se limitou a convênios com ONGs que não têm base territorial. “Nos governos que colocam no centro a ação e a intervenção do Estado, a possibilidade de articulação é maior”, assinala Victoria Freire, e complementa: “o desafio é superar o paradigma da população beneficiária para construir um modelo de intervenção pública com a população organizada” (comunicação pessoal). A organização é grande parte da solução.

Heidi é uma mulher trans de 45 anos que chegou na Argentina há treze anos. Oferece serviços sexuais e mora em hotéis desde que chegou a Buenos Aires. “Nunca, em todos esses anos, eu pedi nada ao Estado”, diz ela em pé diante da Casa Vermelha com a sua carteira de identidade na mão e um monte de formulários. Hoje ela iniciou os trâmites na AMMAR para receber o auxílio-moradia e o cartão alimentação: “isso é o principal, ter alguma coisa na geladeira, agora está vazia; acho engraçado, e fico pensando: e agora, o que eu faço, e rio”. Heidi reconhece que os únicos que as ajudavam sempre eram “os clientes fixos que vinham”, mas agora não vem ninguém, e antes da Georgina convidá-las para a Casinha Vermelha “a gente estava pensando em sair para trabalhar de qualquer jeito, pensávamos em pedir para a polícia nos dar um lugar” (comunicação pessoal).

Identidade

Três mulheres trans migrantes conversam à porta do hotel onde moram. É dia 15 de abril de 2020, o *lockdown* foi declarado na Argentina há quase um mês. Um policial registra seus nomes e acusa: “travecos detidos por violação do *lockdown*”, aponta. Coral não tem documentos, chegou do Peru há sete anos e, por medo de ser deportada, não atualizou sua situação migratória. Antes de ser abordada, consegue ligar para Georgina Orellano, que está percorrendo os hotéis perto do local onde Coral, Madison e Ceciliani estão cercadas pelos oito policiais. Três travas putas têm de escutar, quando há 2500 infectados na Argentina e as fronteiras estão fechadas: “se não gostas, volta para o teu país”. Junto a AMMAR, chegam ativistas, outras mulheres de Constitución, jornalistas. Um vídeo começa a circular nas redes sociais: as mulheres estão sentadas no chão com a cara virada para a parede. De fora, alguém fala para um dos policiais que a Lei de Identidade de Gênero obriga a respeitar a identidade

autodefinida, que ele não seja rude, que elas não são “travecos”. É a voz de Georgina. Elas passam algumas horas na Delegacia de Polícia Comunal N1C e depois são liberadas.

Antes da pandemia, quando chegava à AMMAR alguma trabalhadora sem carteira de identidade, ela era encaminhada à sede do Ministério Público de Defesa, que fica a poucos metros da Casinha Vermelha. Hoje, o fato de não ter documentação atualizada não implica apenas um problema para circular, é um obstáculo para ter acesso aos programas sociais, única saída para muitas pessoas. Além disso, o Estado parece inacessível, e ainda mais no *lockdown*, com repartições estatais fechadas ao público. Por conta disso, na AMMAR criaram, em articulação com o Estado, um mutirão de atendimento ao público na Casinha Vermelha; entre maio e abril, abriram 160 vagas para a emissão de carteira de identidade e 860 para trâmites migratórios.

— *Por que e como vocês começaram a fazer os trâmites de carteira de identidade e de migração na Casinha?*

GEORGINA: “Durante a pandemia, deparamo-nos com a situação de muitas companheiras do coletivo travesti/trans sem documentos. Isto tem a ver com a questão da legalidade do trabalho sexual, já que quase todas foram alvo de contravenções policiais, e elas acham que essas ocorrências feitas pela polícia são antecedentes criminais. Elas pensam que serão deportadas, a polícia criou esse fantasma nelas. No momento em que começamos a fazer o auxílio-moradia, não podiam se inscrever com sua identidade peruana, nem tampouco com seu visto temporário vencido há dois anos. A primeira pessoa que consultamos foi Ornella Infante. Ornella é Diretora Nacional de Políticas contra a Discriminação do INADI e militante trans do campo popular. Consultada por LatFem, ela diz que ‘já era hora de que as trabalhadoras sexuais tivessem um pouquinho de reconhecimento’, e acrescenta que é fundamental “trabalhar com os movimentos sociais que conhecem os casos e são os que primeiro recebem as denúncias das diversas violências que elas sofrem” (comunicação pessoal).

Quando, em março deste ano, o RENAPER (Registro Nacional das Pessoas) fez uma operação em Constitución, várias mulheres da AMMAR foram tramitar seus documentos. Contudo, as imigrantes voltaram com as mãos vazias. Então a AMMAR entrou em contato com a *Dirección de Migraciones* para solucionar o problema das companheiras. “O que a gente não sabia é que o atendimento operacional teria que ser feito por nós mesmas” (comunicação pessoal), reconhece Georgina. Para poder realizar atendimentos na Casinha, a AMMAR precisava contar com a autorização de dois órgãos estatais; neste caso, ela foi outorgada pelo INADI e pela *Defensoría LGBTIQ+*.

Por que um órgão estatal deveria dar o seu consentimento para uma organização de trabalhadoras não reconhecidas pelo Estado para poder gerir trâmites em nome dele? Ornella Infante afirma categoricamente: “o Estado deve dar uma resposta. Se os movimentos sociais demandam isso é porque alguém está precisando, e a AMMAR é um movimento”. O *flyer* que

realizaram em parceria a AMMAR, o INADI e a *Defensoría LGBTIQ+* anunciando o mutirão de migrações causou uma rejeição previsível por parte dos movimentos pelo fim da prostituição: “é um Estado proxeneta”, disseram, vinculando a migração ao tráfico de pessoas. Para Ornella, “não importam as discussões dentro dos feminismos, nem importa a posição da minha organização; aqui o Estado tem que garantir direitos, e é isso que estas ações procuram fazer” (comunicação pessoal).

No dia do mutirão, a Casinha Vermelha amanheceu escoltada por um grupo de vinte senegaleses. Com o passar das horas, chegaram imigrantes dos países da fronteira, mas sobretudo jovens de Gana, Camarões e Costa de Marfim. Alguns deles trazem o *flyer* impresso, como autorização para circular pela cidade. A notícia do mutirão viralizou, e chegam solicitantes de outras cidades. As trabalhadoras sexuais migrantes, principal objetivo do mutirão, ficaram misturadas entre Godfreds, Abdous e Kouamés. A esquina da Casinha Vermelha ficou tingida de preto, e isso foi demais para os vizinhos do bairro — até toleravam putas e travas, mas uma centena de negros amontoados e sem máscara era insuportável. O dono da Casinha também ficou incomodado: “quando aluguei a casa para vocês era uma casa de assistência para trabalhadoras sexuais, agora fazem carteira de identidade; tem filas de negros, vendedores ambulantes” (comunicação pessoal). Em meio à indignação da vizinhança e o público exacerbado, foi decidido suspender o mutirão. Alguns vão embora da Casinha com evidente decepção, outros ficam para pressionar. O tumulto é vigiado de perto pela polícia.

— *Aqui é a casinha das trabalhadoras sexuais* – grita Coral para eles –, *não se esqueça que quem te ajuda somos nós: as travas e as putas.*

Há quinze dias, ela escreveu em suas redes sociais: “quero ser uma garota que ajuda outras garotas”, depois de ser detida por ficar de pé na porta da sua casa. Agora percorre os hotéis, é a responsável por preparar as doações e fica plantada na porta da Casinha quando a situação está fora de controle. “Não vou mentir, estou aqui porque eu não tenho carteira de identidade argentina”, diz ela. E com um tom militante que descobriu há pouco, afirma, no mesmo sentido que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que o Estado deve ajudar as mulheres trans migrantes, porque “não somos parasitas, compramos muito mais roupas e maquiagem do que qualquer outra pessoa normal, então é justo que recebamos alguma ajuda, pois somos consumidoras de moradia, de maquiagem e do envio de dinheiro” (comunicação pessoal).

— *O mutirão era para as mulheres trans migrantes, como chegaram os migrantes africanos à Casa Vermelha?*

GEORGINA: “Eles ficaram sabendo pelas redes sociais. Quando fizemos o primeiro mutirão ficaram muitas pessoas de fora. A pergunta que ficava para nós era o que fazer com as pessoas que não são trabalhadoras/es sexuais. Alguém dizia que eles já tinham organizações que realizam o acompanhamento. Porém, nós acreditamos que não é assim, porque daí o que eles estariam fazendo em uma casinha de prostitutas em Constitución? [...] De Gana são mais ou menos 300. Não vamos deixar eles de fora, mas também não queremos que a Casinha seja fechada” (comunicação pessoal).

Por isso, para conseguir atender todo mundo, criaram um sistema de vinte atendimentos por dia. Contudo, aconteceu que, no dia marcado, chegaram oitenta pessoas, pois tinham falsificado as senhas com o número que as meninas da AMMAR entregaram para eles, ou traziam outros números feitos por eles mesmos para se organizar. A AMMAR não é o Estado, mas, para muitas pessoas que precisam dos auxílios e políticas sociais, talvez ela cumpra a função do Estado. Este poderia ser um limite para as estratégias dos movimentos sociais, especialmente durante a quarentena: os movimentos sociais podem se transformar em um braço que aproxima o Estado da comunidade; porém, quando a comunidade reclama, eles não têm a capacidade que o Estado tem para responder.

A resposta é a organização

“Em 2002, não havia notas circulando; antes de ir para o hotel, a gente ia com o cliente ao supermercado e enchia o carrinho”, lembra Elena Reynaga. A crise que eclodiu na Argentina em 2001 e 2002 é a primeira lembrança que lhe vem à cabeça quando tenta comparar o presente com outro momento histórico. Elena é uma das fundadoras da AMMAR e hoje é a secretária executiva de *RedTraSex (Red de Trabajadoras Sexuales de América Latina y el Caribe)*, espaço regional do qual a AMMAR participa desde 1997. “Lohana Berkins¹⁶ teve a ideia de que deixássemos uma caixa na esquina para os clientes depositarem alimentos lá antes de entrarem” (comunicação pessoal), lembra Elena entre risos, fazendo alusão a quem foi uma das principais ativistas da posição que prega o fim da prostituição.

Em 2001, como agora, as trabalhadoras sexuais organizaram várias ações de assistência. O governo da cidade entregava quatrocentas caixas de provisões. “Fazíamos um esquema de organização: chegava o caminhão, a gente tinha que pagar o frete e descarregar as caixas”.

¹⁶ Nota de Tradução: Lohana Berkins (1965-2016) foi uma ativista trans argentina, abolicionista e trabalhadora sexual. Foi a primeira pessoa trans em trabalhar como funcionária pública, fundadora da *Asociación de Lucha por la Identidad Travesti y Transexual (ALITT)*, impulsora da *Ley de Identidad Transgénero* (Lei 26.743 sancionada em 2012), e impulsora da *Ley de Inclusión Laboral Travesti-Trans* (atualmente está sendo debatida no Congresso).

Naquele momento, a AMMAR não tinha registro jurídico, que foi outorgado só em 2005. “Não queriam fazer o nosso registro, porque queriam que adotássemos a palavra *resgatar* no nome”, lembra Reynaga. Hoje, a AMMAR funciona oficialmente como uma associação civil, mas, na prática, segundo seu site, funciona como um sindicato, embora “não podemos nos organizar dessa forma, porque na Argentina o nosso trabalho ainda não é reconhecido como uma atividade trabalhista” (comunicação pessoal).

Em outros países da região existem movimentos sociais semelhantes que também estão criando estratégias para reduzir o impacto da crise social e econômica produzida pelo Covid-19 em todo o mundo. “O Estado fez caso omissivo com as trabalhadoras sexuais. Somos terra de ninguém” (comunicação pessoal), reflete a presidenta da *Fundación Margen de Chile* e secretária organizacional da *RedTraSex*, Herminda González Inostroza. Na Colômbia, no Peru, na Guatemala, no México, na Espanha e no Chile, para citar só alguns exemplos, os movimentos sociais também fizeram arrecadação de dinheiro e alimentos que são distribuídos às trabalhadoras sexuais, e abriram espaços de consulta psicológica, legal ou médica. Porém, na maioria desses casos, os movimentos não estão articulados nem a outros setores sociais, nem ao Estado.

Na Argentina existem, além da AMMAR nacional, cuja sede fica em Buenos Aires, filiais em várias províncias. Essas se organizam de forma autônoma, mas também estão articuladas com a sede nacional. Por outro lado, é possível encontrar outras organizações e redes de trabalhadoras/es sexuais independentes da AMMAR, que também desenvolvem estratégias para auxiliar as/es trabalhadoras/es sexuais em diversos níveis de articulação com o Estado.

Para a AMMAR, a reação diante da demanda inédita de assistência significou expandir os limites da organização. Foram criados espaços da AMMAR nas províncias e em dezenas de cidades onde ainda não tinham chegado. A associação fortaleceu o vínculo com o Estado, com a *Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular* (em cujas instalações muitas/os/es trabalhadoras/os/es sexuais se alimentam) e com organizações de migrantes.

— Quando vocês perceberam que tinham que se organizar rápido?

GEORGINA: “Quando chegaram as notícias de que a situação estava piorando nos países da Europa e que os governos não contemplavam as trabalhadoras sexuais. Daí iniciamos com a criação de um fundo. A gente nunca pensou que o Estado ia querer articular um trabalho conosco” (comunicação pessoal).

Naquele momento, e como base de toda a política que a AMMAR desenvolveu e está desenvolvendo durante a crise decorrente do Covid-19, dois objetivos foram estabelecidos: “primeiro, o que queremos é terminar com o menor número de dívidas possível”, e “segundo,

nós não queremos continuar somando mortas. Não queremos ter que dizer que 25 travestis morreram de Covid-19, queremos que a notícia seja que trezentas travestis têm o auxílio-moradia” (comunicação pessoal).

Para Jorge, a resposta é a organização. A eficácia do trabalho da AMMAR nesse tempo é resultado de que “o grupo que coordena tudo foi consolidado: são garotas que sabiam anteriormente que a Casa Vermelha existia, mas que não se aproximavam ou não queriam saber nada sobre política” (comunicação pessoal).

Que as/os/es trabalhadoras/os/es sexuais façam política é intolerável para muitos setores da sociedade e do movimento feminista em particular. A discussão sobre a condição (se é trabalho ou não) da atividade por elas realizada é um debate sem fim. O curioso nesse cenário é que mesmo o Estado, mesmo sem reconhecer a atividade como um trabalho, realiza e concretiza através da AMMAR a série de ações que aqui descrevemos.

Para Josefina Fernández, uma pessoa cujo papel foi fundamental para que, a partir da AMMAR, pudessem ser desenvolvidos os programas de assistência para trabalhadoras sexuais cis e trans, e, também, para outres cidadãos, “não somos nós que podemos reivindicar o direito de decidir como devem se autodefinir e agir de acordo. Isso é algo que todas as pessoas, ou pelo menos aquelas que, como eu, são parte do Estado, deveriam aprender”. Ela também reconhece que aqueles que compõem o *Programa de Género y Diversidad Sexual* do MPD não prestam atenção “se a demanda vem daquelas que se autodefinem como trabalhadoras sexuais ou se vem de mulheres em situação de prostituição (desde o ponto de vista abolicionista). Assim como por ocasião dos despejos, estamos trabalhando de perto, e com resultados muito bons, com a AMMAR, no ano passado desenvolvemos atividades de capacitação em direitos com o grupo AMADH¹⁷, que é abolicionista” (comunicação pessoal).

Com uma postura análoga, Ornella Infante, diretora nacional de políticas contra a discriminação, esclarece que “como Estado, temos que responder a todos os setores. Depois virão as discussões entre nós que fazemos parte dos diversos feminismos... Se essas companheiras se reconhecem como trabalhadoras, é suficiente. O que elas dizem tem que ser escutado, e não os iluminados que surgirem para criar a política para esse setor. Elas são cidadãos de pleno direito e esses direitos devem ser dados a elas. Têm que ser feitos debates sérios e com

¹⁷ Nota de Tradução: a *Asociación de Mujeres Argentinas por los Derechos Humanos* (AMADH) surgiu em 2003, quando um grupo de trabalhadoras/es sexuais que formavam parte de AMMAR desde sua conformação decidiram que não queriam o reconhecimento do trabalho sexual pelo Estado. A associação autodenomina-se feminista e abolicionista, não considera que as/os/es integrantes sejam trabalhadoras/es sexuais, mas sim pessoas em situação de prostituição. Atualmente, é presidida por Graciela Collanes, e também acolhe vítimas do tráfico de pessoas e sobreviventes de exploração sexual.

suas representantes; não se trata do pensamento que eu tenho como organização” (comunicação pessoal).

Para Georgina Orellano, que o Estado não as reconheça como trabalhadoras, mas faça articulação com elas como movimento social, é *esquizofrênico*. No entanto, ela reconhece que as ações coordenadas junto com o Estado durante a quarentena funcionam como legitimação do movimento, e que “quando finalizar o *lockdown*, nós teremos uma instância de diálogo com o Estado para dizer: *olha, fomos nós que fizemos todo o trabalho por você e agora queremos falar de nossas condições trabalhistas*. Agora fazemos puro assistencialismo, mas para isso não voltar a acontecer com a gente queremos ir ao cerne da questão, que é o reconhecimento do trabalho sexual” (comunicação pessoal).

O Ministério das Putas, como alguns chamam a Casinha Vermelha, conseguiu conformar uma rede de cuidados que foi a solução para centenas de vidas durante a crise desencadeada pelo Covid-19. Um exemplo de como o papel dos movimentos sociais é insubstituível, porque expressa as necessidades dos setores que agrupam e concentram os saberes da experiência coletiva. A pandemia é uma oportunidade para pensar as políticas sociais em articulação com os movimentos sociais? No Ministério das Putas, a resposta é definitivamente sim.